

Política, Sociedade e Natureza: análise da percepção de pertencimento em encontro ao MT +20 nos distritos de Caramujo e Adrianópolis, Mato Grosso, Brasil**Politics, Society, and Nature: analysis of the perception of belonging at the MT +20 in the districts of Caramujo and Adrianopolis, Mato Grosso, Brazil**

Cheiene Batista Oliveira¹
Andressa Rodrigues²
Guilherme Gomes Ribeiro³
Evaldo Ferreira⁴

Resumo

Este artigo analisa a dinâmica espacial e as questões regionais no estado de Mato Grosso, com ênfase na percepção de localidade e no sentimento de pertencimento dos moradores dos distritos de Santo Antônio do Caramujo (Cáceres) e Adrianópolis (Vale de São Domingos). A pesquisa busca compreender os impactos das políticas de regionalização, especialmente com a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional MT +20, e suas repercussões na vida cotidiana dessas comunidades. O estudo foi desenvolvido em três etapas metodológicas: revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários, trabalho de campo com observação direta, diálogo informal com atores sociais locais, e análise integrada dos dados. Os resultados revelam que, em Caramujo, apesar de uma base econômica consolidada, a ausência de serviços essenciais e de autonomia político-administrativa reforça a sensação de abandono e o desejo de emancipação. Já em Adrianópolis, observa-se um crescimento urbano recente, porém ainda fortemente dependente da sede municipal e de cidades vizinhas para o acesso a serviços básicos. Em ambos os casos, identificam-se contradições entre as diretrizes do planejamento regional e as realidades locais, evidenciando que o sentimento de pertencimento e a vivência territorial são moldados por fatores socioeconômicos, estruturais e identitários. O estudo reforça a importância de políticas regionais sensíveis às especificidades locais e construídas com base na escuta das comunidades envolvidas.

Palavras-Chave: Regionalização; Questões Regionais; MT +20

- ¹ Mestranda em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). cheiene.oliveira@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9663-5181>.
- ² Mestranda em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). andressa.r@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6313-9451>.
- ³ Mestrando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). guilherme.ribeiro@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5409-4814>.
- ⁴ Docente, Departamento de Geografia, Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). evaldoferreira@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6725-76073>.

Abstract

This article analyzes spatial dynamics and regional issues in the state of Mato Grosso, with an emphasis on the perception of locality and the sense of belonging among residents of the districts of Santo Antônio do Caramujo (Cáceres) and Adrianópolis (Vale de São Domingos). The research seeks to understand the impacts of regionalization policies, especially since the implementation of the MT +20 Regional Development Plan, and their repercussions on the daily lives of these communities. The study was developed in three methodological stages: literature review and secondary data collection, fieldwork with direct observation and informal dialogue with local social actors, and integrated data analysis. The results reveal that, in Caramujo, despite a consolidated economic base, the absence of essential services and political-administrative autonomy reinforces the feeling of abandonment and the desire for emancipation. In Adrianópolis, recent urban growth has been observed, but it is still heavily dependent on the municipal headquarters and neighboring cities for access to basic services. In both cases, contradictions between regional planning guidelines and local realities have been identified, highlighting that the sense of belonging and territorial experience are shaped by socioeconomic, structural, and identity factors. The study reinforces the importance of regional policies that are sensitive to local specificities and built on listening to the communities involved.

Keywords: Regionalization; Regional Issues; MT +20.

Introdução

As transformações territoriais envolvem decisões políticas, econômicas e sociais que reconfiguram o uso e a organização do espaço, impactando a vida das populações rurais e distritais. Nesse ínterim, a regionalização se apresenta como uma estratégia de gestão territorial que visa facilitar a compreensão das dinâmicas espaciais, tendo seu uso discutido em propostas de promoção do desenvolvimento local e regional, por meio de políticas públicas mais direcionadas às necessidades dos sujeitos inseridos nestas regiões.

Nesse contexto, múltiplos fatores influenciam a efetividade das estratégias de desenvolvimento propostas, a exemplo, a percepção da localidade e o sentimento de pertencimento, quais tornam-se elementos fundamentais para entender as relações que os indivíduos estabelecem com o território em que vivem (MATHIAS, 2023).

Visando aprofundar a compreensão das dinâmicas espaciais no contexto regional de Mato Grosso, foi realizada, em 2024, uma aula de campo como atividade prática da disciplina dinâmica espacial e questões regionais, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* de Cáceres. A atividade em campo possibilitou a observação direta das realidades territoriais abordadas em sala de aula, culminando na elaboração de relatório de campo, o qual fundamenta o desenvolvimento desta pesquisa.

Para tanto, esta pesquisa teve como área de estudo dois pontos de campo, no Estado de Mato Grosso: o primeiro, Distrito de Santo Antônio de Caramujo, no município de Cáceres, e o segundo, Distrito de Adrianópolis, no município de Vale de São Domingos. Localizados na região sudoeste, segundo a divisão regional do MT +20, já em relação ao contexto de região geográfica intermediária do IBGE, ambos se encontram na região Cáceres, e enquanto região imediata, Vale de São Domingos, pertence à região Pontes e Lacerda-Comodoro, enquanto Cáceres, pertence à região de mesmo nome (Cáceres).

Dessa forma, este estudo teve como objetivo compreender o processo de regionalização e seus impactos nos distritos analisados. Especificamente, buscou-se examinar a relação entre sociedade e natureza ao longo do trajeto de campo, investigando os possíveis efeitos da implementação do Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso (MT +20) na área em estudo. Por fim, entender, junto aos atores locais dos distritos e municípios visitados, as percepções sobre a localidade e o sentimento de pertencimento tanto ao nível local quanto regional.

Tecendo o desenrolar do conceito de região na Geografia

A categoria região tornou-se central na Geografia por sua importância na compreensão da organização e vivência do espaço geográfico. Ao longo do tempo, diferentes escolas e autores teceram discussões sobre essa categoria, influenciando transformações metodológicas e epistemológicas. Na escola tradicional, Paul Vidal de La Blache compreendia a região como uma síntese de elementos naturais e humanos, delimitada espacialmente, e destacava o papel da cultura e das escolhas humanas na apropriação do meio (LA BLACHE, 2011).

No século XX, Hartshorne reforçou a região como unidade essencial de análise, sob uma ótica funcionalista, considerando suas interações e contextos políticos (DUTRA-GOMES; VITTE, 2019). A chamada revolução quantitativa trouxe métodos estatísticos e mensuráveis para o estudo regional, com foco em padrões e variáveis espaciais (GALVÃO; FAISOL, 1970).

Posteriormente, a geografia crítica, influenciada por autores como Milton Santos, passou a questionar a homogeneização das regiões, enfatizando as desigualdades sociais e as dinâmicas de poder (SANTOS, 1990; 2002). Já os pós-modernistas, como Haesbaert (2005), destacam os fluxos, a fragmentação e os efeitos homogeneizadores da globalização sobre as especificidades regionais.

Por fim, conforme Paasi (2002) e Bickerton e Gagnon (2020), os debates atuais sobre região estão ligados aos desafios impostos pelas transformações políticas, econômicas e sociais, sobretudo quanto à formação de identidades políticas e ao desenvolvimento regional.

Dessa forma, compreendidas brevemente as distintas abordagens teóricas sobre a categoria região ao longo da trajetória da Geografia, permite-se analisar como esses conceitos são operacionalizados nas estratégias de gestão territorial. Nesse sentido, observa-se que, no estado de Mato Grosso, políticas públicas como o Plano de Desenvolvimento Regional MT +20 refletem tais concepções ao propor uma regionalização orientada pelo desenvolvimento sustentável e pela participação social, como será discutido adiante.

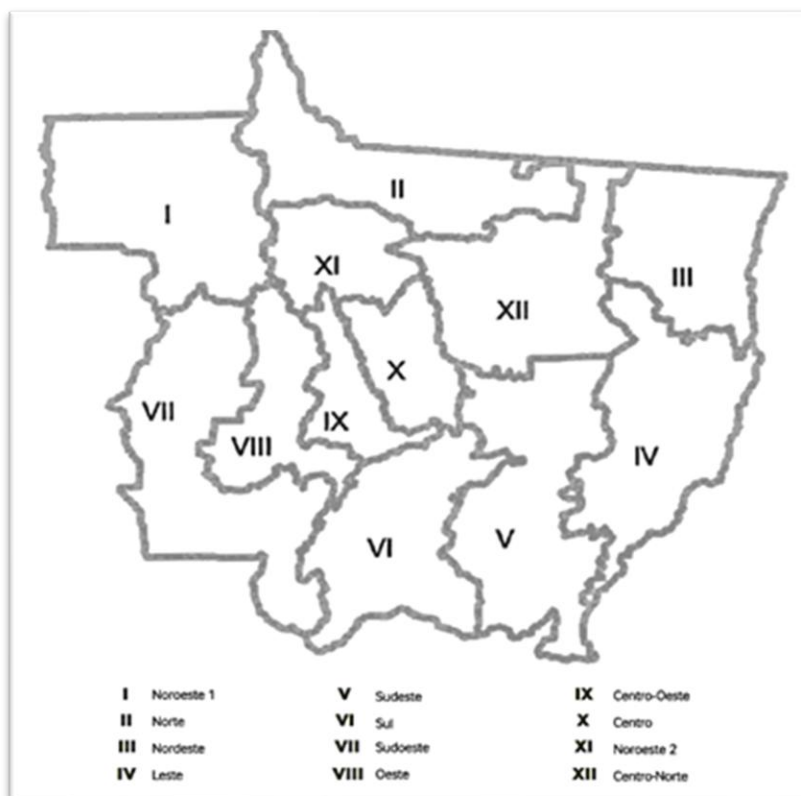
Regionalizações no Mato Grosso e planejamento estratégico: MT +20 em pauta

O Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso (MT +20) integra o Plano de Longo Prazo (2006–2026), elaborado pela SEPLAG, para promover o desenvolvimento equilibrado no estado. Fundamentado em um planejamento participativo e sustentável, o plano busca identificar oportunidades e fragilidades regionais, definindo eixos estratégicos a partir da previsão de cenários (MATO GROSSO, 2010).

Para isso, o estado foi dividido em 12 regiões de planejamento conforme apresenta a figura 1, considerando características econômicas, sociais e ambientais, com base no Zoneamento Socioeconômico Ecológico. A proposta visava descentralizar investimentos, priorizar regiões menos

desenvolvidas e reduzir desigualdades, por meio da ampliação da infraestrutura e de políticas públicas voltadas à saúde, educação e desenvolvimento regional (MATO GROSSO, 2010).

Figura 1 - Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso.



Fonte: ZSEE de Mato Grosso – SEPLAN/MT (2002)

A região sudoeste, com destaque para Cáceres, foi apontada como uma das mais relevantes economicamente, com o terceiro maior PIB estadual, impulsionado principalmente pela pecuária (39,4%) e, em menor escala, pela indústria (17,86%). Contudo, apresentava desafios como desigualdade social, deficiência em infraestrutura e pressões ambientais. O plano previa que, ao longo de duas décadas, a região experimentasse avanços estruturais e socioeconômicos, impulsionados por investimentos em transporte, energia, educação, inovação e turismo, com reflexos positivos na geração de empregos e qualidade de vida (MATO GROSSO, 2010).

Apesar dos avanços, a regionalização proposta gerou controvérsias. Segundo Soares e Moreira (2017), municípios como Campos de Júlio e Sapezal, incluídos na Região de Planejamento

de Cáceres, apresentam características socioeconômicas distintas e pouca integração com o centro regional. Tal inclusão compromete a coerência da proposta e pode ocultar desigualdades regionais, promovendo uma visão artificial de desenvolvimento homogêneo. Para os autores, a regionalização atendeu mais a interesses políticos e econômicos do Estado do que às reais demandas locais, enfraquecendo a efetividade das políticas de desenvolvimento.

Para compreender questões de regionalização e as disputas que ocorrem dentro deste conceito, também é necessário se aprofundar nas discussões sobre desmembramentos territoriais e emancipações municipais, “uma vez que, geralmente, são os antecedentes políticos, econômicos, sociais e – por que não – ambientais (homogeneidade) que levaram à emancipação que definirão as relações (funcionalidade) entre o município-mãe e o emancipado” (FERREIRA, 2017, p. 226). Assim, traz-se aqui uma breve contextualização do desenrolar dos processos de emancipação político-administrativas locais.

Emancipação Municipal de Cáceres e Vale de São Domingos: breve contextualização

O processo de emancipação político-administrativa de municípios no Brasil iniciou nos anos 1930, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, sendo posteriormente controlado durante o regime militar (1970–1980). Após esse período, as emancipações voltaram a crescer, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que reconheceu os municípios como entes federativos autônomos, atribuindo-lhes competências tributárias e responsabilidades pela prestação de serviços públicos (MAGALHÃES, 2007).

Em Mato Grosso, ocorreram três desmembramentos territoriais. O primeiro, de caráter transitório, deu origem ao território federal de Ponta Porã, reincorporado ao estado em 1946 (SANTOS, 2018). O segundo, mais duradouro, formou o território federal de Guaporé, transformado em estado de Rondônia em 1982 (SILVA, 1992; IBGE, 2011). O terceiro, estabelecido pela Lei Complementar n.º 31/1977, resultou na criação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, efetivada em 1979.

Atualmente, Mato Grosso possui 142 municípios, com Cuiabá como capital (INTERMAT, 2024). Cáceres é o quarto maior município em extensão territorial, tendo originado 15 outros municípios por desmembramentos desde 1943, com destaque para a emancipação de Barra do Bugres. Segundo SILVA (1992), Cáceres figura como município “progenitor”, sendo uma das 11 unidades familiares derivadas de Cuiabá. Atualmente, conta com cinco distritos: Cáceres, Bezerro Branco, Caramujo, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres (IBGE, 2023).

A criação do município de Vale de São Domingos insere-se em um contexto mais amplo de fragmentação territorial no sudoeste mato-grossense. A região tem origem em Vila Bela da Santíssima Trindade, de onde se desmembraram municípios como Pontes e Lacerda (1979) e Comodoro (1986), influenciados pela colonização, linhas telegráficas e atividades extrativistas (FERREIRA, 2017).

Durante os anos 1990, novos municípios foram criados, como Campos de Júlio (1994) e Nova Lacerda (1995), a partir de Comodoro, impulsionados por programas de colonização e ação política (FERREIRA, 2001). Em 1999, Vale de São Domingos e Conquista D’Oeste se emanciparam de Pontes e Lacerda, motivados por dificuldades de acesso e infraestrutura, que inviabilizavam a gestão centralizada e estimulavam a autonomia administrativa.

Esses desmembramentos refletem fatores históricos, políticos e econômicos que moldaram a organização territorial da região. Embora Cáceres exerça influência sobre diversos municípios, sua centralidade é compartilhada com Pontes e Lacerda, que apresenta maior influência sobre áreas adjacentes, configurando diferentes esferas de influência regional (FERREIRA, 2017).

Identidade Territorial: o tecido das relações entre pessoas e lugares

As discussões sobre pertencimento e identidade territorial têm ganhado relevância na Geografia Humanista, Cultural e Crítica, ao articular contribuições clássicas e abordagens recentes que buscam compreender como diferentes grupos significam, percebem e se apropriam dos lugares.

Tuan (1980) introduz a noção de topofilia como o elo afetivo entre pessoa e lugar, manifestado por experiências sensoriais, emocionais e culturais que conformam referências individuais e coletivas. Em distritos como Caramujo e Adrianópolis, marcados por migração e ruralidade, essa topofilia se expressa na permanência, na memória cotidiana e nas redes comunitárias, mesmo diante da carência de serviços básicos

Relph (1976) aprofunda a vivência do lugar ao diferenciar o “estar dentro” e o “estar fora”, mostrando como processos de homogeneização espacial podem fragilizar vínculos e gerar experiências de placelessness. Para o autor, quanto mais profundamente se está inserido em um lugar, mais forte tende a ser a identificação.

Augé, por sua vez, destaca os “não-lugares”, espaços definidos pela transitoriedade e pela baixa capacidade de produzir identidade ou memória (SÁ, 2014). Apesar das diferenças, Relph e Augé convergem ao apontar que certas espacialidades contemporâneas limitam a construção do pertencimento.

Em outra direção, Massey (2008) propõe compreender os lugares como constelações de relações em movimento, nas quais identidades territoriais são processuais e atravessadas por fluxos e interações multiescalares. Para a autora, o pertencimento resulta da articulação entre práticas locais e conexões que ultrapassam o território imediato.

Dessa forma, pertencimento e identidade territorial configuram-se como processos dinâmicos que articulam afetos, práticas e relações sociais. Se Tuan enfatiza o vínculo sensível, e Relph e Augé revelam suas fragilidades contemporâneas, Massey evidencia a abertura e multiplicidade que caracterizam as espacialidades atuais.

Pertencimento, Territorialidades e Poder: dimensões políticas da identidade territorial

A partir das discussões anteriores, torna-se necessário avançar para a análise das estruturas materiais e políticas que configuram o pertencimento. As experiências afetivas, por si só,

não explicam plenamente como os sujeitos se relacionam com o território; por isso, é fundamental articulá-las às desigualdades, disputas e relações de poder que moldam a produção do espaço.

Nesse sentido, pertencimento e identidade territorial exigem a integração entre afetividades, práticas cotidianas e processos estruturais que geram desigualdades e conflitos. Conforme Almeida (2005), no contexto latino-americano, território, territorialidades e pertencimento são inseparáveis das relações de poder, disputas por recursos e formas de dominação e resistência.

Rua, Haesbaert e Oslender (2010) reforçam que o território não se restringe a uma delimitação física, mas constitui uma construção política e simbólica atravessada por tensões entre controle e autonomia. As territorialidades expressam tanto formas hegemônicas quanto alternativas, produzidas por grupos que, no cotidiano, resistem às lógicas dominantes e constroem geografias próprias.

Os territórios latino-americanos são marcados por conflitos e negociações que redefinem quem pertence e quem é invisibilizado. As fronteiras, materiais ou simbólicas, não são limites fixos, mas processos em disputa que legitimam certos usos e presenças (ALMEIDA, 2005). Assim, pertencimento e identidade territorial são dinâmicos, formados pela interação entre vínculos afetivos, práticas sociais e contextos históricos que estruturam acesso e reconhecimento.

Venturelli (2022) aprofunda essa discussão ao destacar que as territorialidades refletem o desenvolvimento geográfico desigual e constituem “expressões da luta de classes na superfície terrestre”. A produção do espaço pelo capital reconfigura territórios e impacta a permanência, o pertencimento e a reprodução social dos grupos locais.

Ao mobilizar investimentos, redefinir usos da terra ou impor modelos produtivos, o capital intensifica desigualdades, fragiliza laços territoriais e tensiona identidades. Assim, pertencimento e identidade territorial resultam da combinação entre vivências sensíveis e processos estruturais. De um lado, práticas cotidianas, solidariedades e saberes locais fortalecem o enraizamento; de outro, políticas centralizadas, expansão de fronteiras produtivas e desigualdades históricas produzem rupturas e deslocamentos.

Os estudos aqui analisados convergem ao indicar que identidades territoriais são processuais, multiescalares e conflitivas. Elas se manifestam da articulação entre modos de vida, memórias e pertencimentos, e das estruturas econômicas e políticas que organizam o território de forma desigual. As territorialidades camponesas discutidas por Venturelli exemplificam essa tensão: mesmo pressionados pelo capital agroindustrial, grupos locais criam territorializações próprias, reafirmam resistências e preservam vínculos, apesar dos processos de desterritorialização.

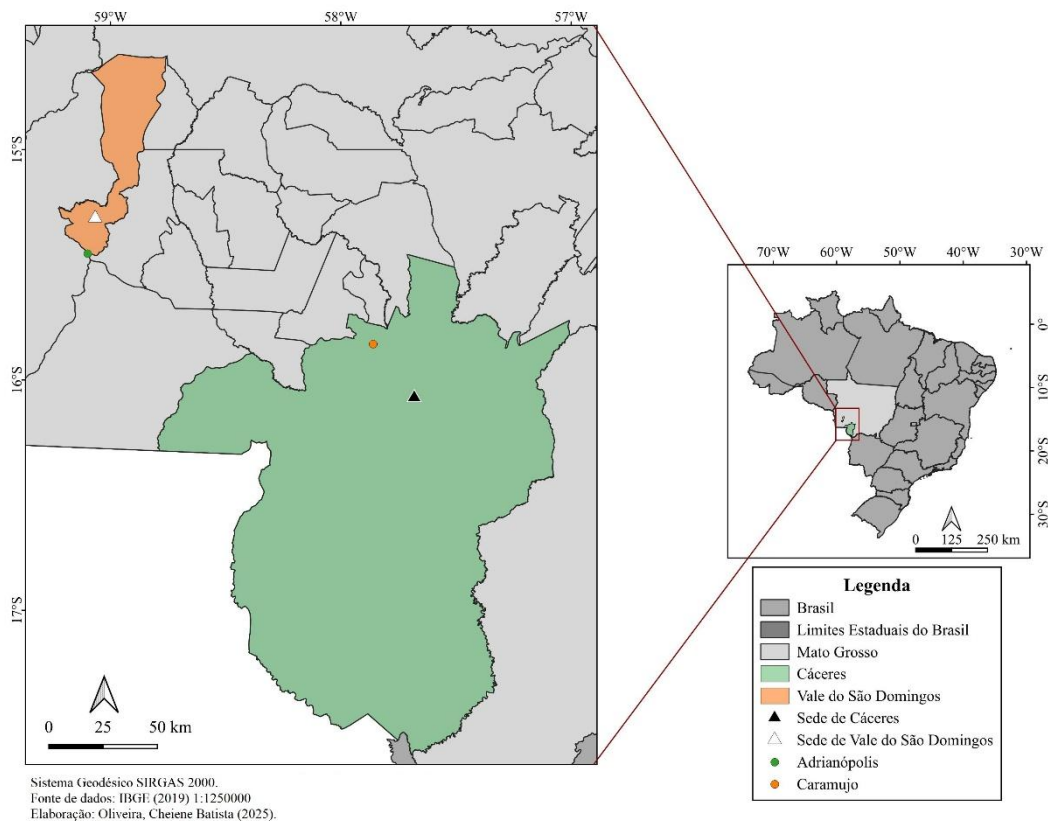
Em suma, os distritos de Caramujo e Adrianópolis, observa-se a mesma dinâmica. Há vínculos fortes com o cotidiano, com a memória rural e com as redes comunitárias, mas também sentimentos de invisibilidade política, dependência de serviços externos e vulnerabilidades estruturais. O pertencimento territorial, portanto, é continuamente negociado e ressignificado, articulando afetos e desigualdades que marcam a produção do espaço regional.

Caracterização da área de estudo

A caracterização das áreas de estudos (figura 2) posiciona-se no distrito de Santo Antônio do Caramujo, localizado no município de Cáceres, e no distrito de Adrianópolis, localizado no município de Vale de São Domingos, ambos no estado do Mato Grosso.

O distrito de Santo Antônio do Caramujo, estabelecido nas coordenadas geográficas 15º 50' 52,5" S e 57º 51' 07" W. Apresenta uma população estimada em 1.560 habitantes, conforme os dados mais recentes de 2021 dos setores censitários (IBGE, 2022). Possuindo uma área predominantemente rural, situado a cerca de 31 km da sede municipal, Cáceres, e 250 Km da capital Cuiabá.

Figura 2 - Mapa das Áreas de Estudo



Fonte: os autores (2025).

Pertencente ao município Vale de São Domingos, o distrito de Adrianópolis, localizado a 360 km da capital Cuiabá, apresenta uma população reduzida, estimada em 3.128 habitantes, onde, uma parte significativa reside em áreas rurais, conforme os dados mais recentes dos setores censitários (IBGE, 2022). Ainda segundo a Prefeitura de Vale de São Domingos (2015), a população era de 2.904 habitantes, com uma área territorial de 1.901,545 km².

A área de estudo apresenta diversidade física marcada por solos do tipo Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, Argissolo e Plintossolo, conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Embrapa, 2025). Geologicamente, ocorre a Formação Pantanal, composta por planícies de inundação com sedimentos finos e orgânicos, e os Aluviões Altitudinais, formados por depósitos mais grosseiros provenientes das províncias serranas (Rosestolato Filho, 2006; Vendramini, 2017; IBGE, 1998). O relevo se compartimenta entre a Província Serrana, marcada por serras e cristas

elevadas, e a Depressão do Rio Paraguai, caracterizada por superfícies planas a suavemente onduladas e suscetíveis a inundações (IBGE, 2009). A cobertura vegetal reflete a transição entre Cerrado, Amazônia e Pantanal, com florestas densas ao norte, savanas centrais e vegetação hidrófila nas áreas sazonalmente alagadas (Bringel; Gutierrez, 2024).

A hipsometria indica altitudes entre 407 e 517 metros (Topographic-map, 2024), condicionando a drenagem local. A hidrografia é influenciada pelos rios Guaporé e São Domingos e, sobretudo, pela sub-bacia do córrego Caramujo, que drena as formações Araras, Raizama, Diamantino, Pantanal e Aluviões Atuais. O sistema apresenta padrão de drenagem predominantemente paralelo, com meandros decorrentes da baixa declividade. A bacia abrange áreas de Cáceres, Curvelândia e Mirassol D'Oeste, incluindo os distritos de Caramujo e Horizonte D'Oeste, e possui 537,58 km², com canal principal de 53,806 km (Silva, 2023). Seu curso nasce na Província Serrana e segue para a Depressão até desaguar no córrego Padre Inácio, contribuindo para o sistema do rio Paraguai.

Metodologia

O presente estudo definiu-se em três etapas distintas, sendo a primeira o direcionamento de pesquisa e estudo em gabinete, envolvendo a demanda de revisão bibliográfica e levantamento de dados específicos na área de estudo.

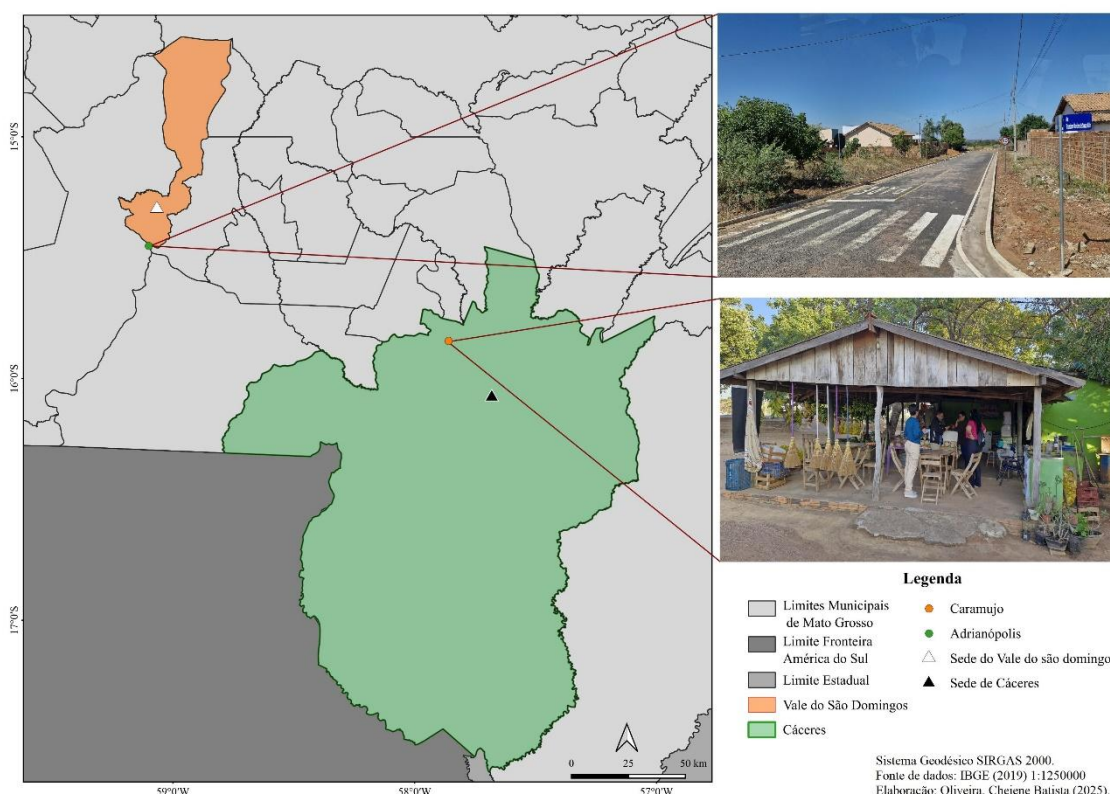
Na segunda etapa, realizou-se a pesquisa de campo, ocorrendo nos distritos de Santo Antônio do Caramujo (Cáceres, Mato Grosso) e Adrianópolis (Vale de São Domingos, Mato Grosso), como demonstrado no mapa de localização (figura 2). Utilizou-se como método de pesquisa observação, registro da paisagem através das anotações de campo e conversa com atores locais.

A terceira e última etapa, em laboratório, findou-se a análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo (observação, registro e conversas), em conjunto com o levantamento realizado na primeira etapa.

Resultados e discussões

A atividade de campo nos distritos ocorreu no dia 28 de junho de 2024, no período matutino, sendo que o primeiro dos distritos visitados, foi o de Santo Antônio do Caramujo. No local, conforme a figura 3, o grupo foi direcionado para uma conversa com um ator social, a quem será identificada nesta pesquisa como “A”.

Figura 3 - Mapa de Localização das entrevistas realizadas.



Organização: os autores (2025).

O ator social A, proprietário de uma barraca de venda de produtos (verduras, frutas, café, pamonha, salgados e semelhantes) na margem da rodovia, originária do estado de São Paulo, migrou para o distrito há cerca de 40 anos. Em conversa, relatou que não se muda para outros locais por “falta de opção”. Outras informações foram retomadas ao longo da conversa, a exemplo, sobre a origem de alguns produtos de venda em sua barraca, no caso, a laranja vem de São Paulo, e banana do município de Curvelândia (cerca de 30 km do distrito).

Ao longo do diálogo, explicou que para utilizar lotérica e banco é necessário ir até a sede do município (cidade de Cáceres), ainda relata que no local tem cartório e posto de saúde (onde também se localiza o Correio), ressaltou que a renda do distrito vem do comércio, das produções da região rural, também da cerâmica local.

Ele relata os impactos da seca no comércio e nas atividades festivas e culturais, nesse caso a Festa da Pamonha, que devido à falta de milho, os pamonheiros precisam trazer milho da capital Cuiabá. Em tempo, a despeito da época de eleições, o ator social “A” demonstra certa indignação, ao dizer que os políticos só aparecem “a cada quatro anos”.

No segundo ponto, distrito de Adrianópolis, conforme a figura 3, a conversa aconteceu com o ator social “B”, de 48 anos. A conversa aconteceu na calçada da residência do ator social, pecuarista, natural do município de Jauru (48 km do distrito), que mora no distrito de Adrianópolis há 12 anos. Em conversa, relata que o distrito cresceu nos últimos anos, com maior número de moradores, aumento de quarteirões, igreja, entre outros, no entanto, a maioria da população vive na área rural.

Relatou que alguns serviços como lotérica, bancos, Correios e cartório, caso necessário, é preciso buscar em Vale de São Domingos, a sede do município, quanto a tratamentos de saúde, recorrem à cidade de Cáceres. Para o ator social, ainda falta melhoria em relação a festas, educação e esportes no distrito, apesar das mudanças e crescimento visível ao longo dos anos.

Com base nessas dinâmicas de conversa e observações, podemos assim resultar que os distritos de Santo Antônio do Caramujo (Cáceres) e Adrianópolis (Vale de São Domingos), localizados na região sudoeste de Mato Grosso, representam diferentes realidades quanto aos impactos das regionalizações propostas pelo Plano de Desenvolvimento Regional do Estado (MT +20). Embora o plano preveja investimentos em infraestrutura, inovação e melhoria da qualidade de vida, os dados de campo evidenciam uma distância considerável entre os objetivos traçados e a vivência da população local (MATO GROSSO, 2010).

O distrito de Caramujo possui uma comunidade consolidada, com mais de 50 anos de existência. Sua origem está associada à construção de um trevo rodoviário e à escassez hídrica da

região vizinha de Salto do Céu, o que motivou sua ocupação. O solo argiloso favoreceu o surgimento de cinco cerâmicas, responsáveis por gerar empregos e distribuir renda no distrito. Entre elas, destaca-se a cerâmica Talharizzo, que atua há mais de três décadas na produção de tijolos e telhas, extraíndo argila da margem do rio Cabaçal (LIMA, 2019).

Apesar dessa base econômica, o distrito ainda enfrenta problemas estruturais, como abastecimento de água e manutenção de vias públicas. A ausência de autonomia político-administrativa, somada à escassez de serviços como bancos e lotéricas, reforça entre os moradores o sentimento de abandono e o desejo de emancipação (OESTE, 2018).

Por outro lado, Adrianópolis integra o município emancipado de Vale de São Domingos, criado pela Lei n.º 7231 de 28 de dezembro de 1999, após desmembramento de Pontes e Lacerda. A tentativa de emancipação já era antiga, datando de 1991, e foi motivada por dificuldades logísticas e baixa oferta de serviços públicos na sede anterior. Atualmente, o município conta com dois distritos e mantém uma economia baseada na pecuária, pequenas produções agrícolas e comércio local (PREFEITURA DE VALE DE SÃO DOMINGOS, 2015; 2021).

Adrianópolis, apesar de apresentar algum crescimento urbano nos últimos anos, como aumento de moradias e espaços religiosos, ainda depende de cidades vizinhas para serviços essenciais, como saúde e educação, refletindo sua condição rural e a limitação de oportunidades de emprego na localidade.

Esses dois exemplos revelam que o sucesso de processos de regionalização e emancipação não se restringe à criação formal de novas unidades administrativas, mas depende da capacidade do Estado de garantir atendimento às necessidades reais das populações. O MT +20, apesar de seu potencial estratégico, ainda encontra desafios em territórios periféricos e rurais. As percepções de pertencimento e autonomia demonstradas pelos moradores indicam que o desenvolvimento regional deve ser construído a partir da escuta e da vivência das comunidades locais.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo compreender, junto à população dos distritos visitados, as percepções sobre a localidade em que vivem e o sentimento de pertencimento em

relação ao território. A partir de um levantamento prévio sobre a categoria "região" e das observações em campo, foi possível identificar que as experiências dos moradores estão fortemente influenciadas por fatores socioeconômicos, infraestrutura disponível e pela história e características geográficas de cada distrito. Esses elementos moldam não apenas a vivência cotidiana, mas também o vínculo afetivo e identitário que os indivíduos constroem com o lugar.

A regionalização proposta no Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso (MT +20) busca promover um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do estado. No entanto, os resultados desta investigação evidenciam que ainda existem limitações na implementação efetiva das políticas públicas previstas. Em ambos os distritos estudados, observou-se que, apesar de alguns avanços, persistem disparidades significativas no acesso a serviços e oportunidades, revelando que os critérios utilizados na divisão regional nem sempre correspondem à realidade vivenciada pelas comunidades locais.

Por fim, este estudo reforça que o processo de regionalização não pode ser tratado de forma isolada ou meramente técnica. Trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por dimensões políticas, sociais, econômicas e territoriais. Para que as políticas regionais sejam efetivas, é fundamental considerar as especificidades locais e promover o envolvimento ativo das populações no planejamento e na tomada de decisões. Somente por meio de abordagens mais sensíveis ao território e participativas será possível avançar rumo a uma regionalização mais justa e eficiente.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo apoio à pesquisa.

Referências

BICKERTON, James; GAGNON, Alain G. **Regions**. In Comparative Politics. Oxford: Oxford University Press. Politics Trove, 2020.

BRINGEL, Sérgio Roberto Bulcão; GUTIERREZ, Denise Machado Duran (orgs.). **Águas da Amazônia: natureza e desafios contemporâneos**. Manaus: Editora INPA, 2024. 244 p. DOI: <https://doi.org/10.61818/56330525>.

DE ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

DUTRA-GOMES, Rodrigo; VITTE, Antônio Carlos. A geografia americana no contexto das diferenciações de áreas de Richard Hartshorne. Uma leitura histórico-epistemológica. **Terra Brasilis**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 12, 2019.

EMBRAPA, Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Ageitec/Árvores do Conhecimento/Temáticas/Solos Tropicais/SiBCS/Chave do SiBCS/Argissolos**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/argissolos/argissolos-vermelho-amarelos>. Acesso em: 24 set. 2024.

EMBRAPA, Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Latossolo Vermelho Distrófico Nitossólico**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/latossolos/latossolos-vermelhos>. 2021. Acesso em: 02 out. 2024.

FERREIRA, Evaldo. Cáceres: histórico, desmembramentos e a questão regional do sudoeste mato-grossense. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 21, n. 1, p. 222-238, 2017.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001.

GALVÃO, M. V; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.32, n.4, p.5-22, 1970.

HAESBAERT, Rogério. Região: trajetos e perspectivas. **Anais da I Jornada de Economia Regional Comparada**, Porto Alegre: FEE, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Geomorfologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Geologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 306 p. (Manuais Técnicos em Geociências; n. 6).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências, Organização do território - Malhas territoriais - Malha de Setores Censitários**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais>. 2022. Acesso em: 02 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872 - 2010**. Rio de Janeiro, RJ: ed. IBGE, 264p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. **Dados Sociais e Econômicos do Município de Cáceres**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/pesquisa/38/46996?tipo=grafico>. Acesso: 20 set. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/historico>. Acesso em: 18 ago. 2024.

INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso. **Legislações Vigentes Das Divisas Intermunicipais**. Disponível em: <https://intergeo.intermat.mt.gov.br/portal/apps/sites/#/portal-de-dados-cartograficos/pages/legislacoesintermunicipais>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Principes de géographie humaine**. Paris: Norp-nop Editions, 2011.

LIMA, Cristiane Silva; SOUZA, Celia Alves. Uso e Ocupação da Terra, no Baixo Curso da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal — Mato Grosso. **Revista Equador**, v. 8, n. 3, p. 81-100, 2019.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil. In: CARVALHO, A. X. Y. et al. (org.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2007. cap. 1, p. 13–52. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5580. Acesso em: 14 out. 2024.

MASSEY, Doreen Barbara. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Trad. Maciel, Hilda Pareto; Haesbaert, Rogério. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2008. 312 p.

MATHIAS, Dionei. Pertencimento: discussão teórica. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 25, n. 1, p. 166-187, 2023.

MATO GROSSO. **Lei nº 7.231, de 28 de dezembro de 1999**. Cria o município de Vale de São Domingos, por desmembramento do município de Pontes e Lacerda. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 29 dez. 1999. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-7231-1999-mato-grosso-cria-o-municipio-de-vale-de-sao-domingos>. Acesso em: 20 set. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de desenvolvimento do estado de Mato Grosso. **MT+20**. Versão técnica – parte II. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2010.

OESTE, Jornal Oeste. **O Distrito do Caramujo completa 30 anos hoje**, Jornal Oeste, Portal de Notícias do Oeste de Mato Grosso. 2018. Disponível:

<https://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=45855#:~:text=O%20Distrito%20possui%20cerca%20de,e%20de%20um%20c%C3%B3rrego%20pr%C3%B3ximo..> Acesso em: 24 set. 2024.

PAASI, Anssi. Place and region: regional worlds and words. **Progress in human geography**, v. 26, n. 6, p. 802-811, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS. **História da cidade**. 2015. Disponível em: <https://valedesaodomingos.mt.gov.br/municipio/historia/1-historia-da-cidade>. Acesso em: 23 set. 2024.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

ROSESTOLATO-FILHO, A. **Geomorfologia aplicada ao saneamento básico na cidade de Cáceres, Mato Grosso**. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, 144 f.

RUA, João et al. **Geografia e Desenvolvimento territorial**. GeoPUC, v. 3, n. 4, 2010.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo social**, v. 26, p. 209-229, 2014.

SANTOS, Lúcia de Moura. **Sanear, educar, povoar: um estudo sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943-1947)**. 2018. 135 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova? Da crítica da geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo, SP. Editora Hucitec, 3ª Ed, 1ª Reimpressão, 1990.

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN). **ZSEE-SEPLAN-MT (2002)**. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, Luciley Alves; SOUZA, Celia Alves; CUNHA, Sandra Baptista. Hidrodinâmica da Bacia Hidrográfica do Córrego Caramujo — Mato Grosso. **Revista Equador**, v. 12, n. 3, p. 468-484, 2023.

SILVA, Pe. José de Moura. 1992. **Genealogia dos municípios de Mato Grosso**, Cuiabá, MT: ed. Governo do Estado de Mato Grosso/Secretaria de Estado de Administração, 44p.

SOARES, José Carlos de Oliveira; MOREIRA, Ruy. A regionalização em Mato Grosso: controvérsias, intenções e consequências na região de planejamento de Cáceres. **Ciência Geográfica**, Bauru, XXI, v. XXI (1): jan/dez, 2017.

TOPOGRAPHIC. **Mapa topográfico Adrianópolis.** Disponível: <https://pt-br.topographic-map.com/map-lsmmb3/Adrian%C3%B3polis/?center=-15.19688%2C-59.1025&popup=-15.19358%2C-59.0770>. Acesso em: 28 set. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VENDRAMINI, W. J. **Mapeamento do risco de inundação na cidade de Cáceres–MT.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 46. 2017.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Da terra do que? Territorialidades e processos do desenvolvimento geográfico desigual no sudoeste paulista: apropriações, conflitos, trabalho e produção.** 2022.